

Movimentos e epistemologia feministas: um novo olhar sobre a ciência.

Ana Claudia Coutinho da Silva¹
Cintia de Souza Batista Tortato²

Resumo: O objetivo desse artigo visa compreender por meio de um resgate histórico do movimento feminista a adentrada de uma nova ciência no espaço acadêmico e a construção de um conhecimento científico a partir da perspectiva feminista. Considerando as epistemologias feministas como uma necessidade advinda dos próprios movimentos feministas. A metodologia utilizada é por meio de revisão bibliográfica dos trabalhos feitos nas últimas décadas acerca da trajetória dos movimentos feministas e o processo de ruptura com a ciência tradicional. Foi através da denúncia da ciência tradicional com o perfil objetivista, sexista e excludente que as mulheres constroem um novo fazer ciência. Rompendo paradigmas e trazendo uma nova forma de fazer ciência que (re) constrói a história das mulheres na sociedade.

Palavras-chaves: Gênero; Epistemologia feminista; Movimentos feministas.

¹ Mestranda no curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Instituto Federal do Paraná-campus- Paranaguá. Anacoutinhosociais@gmail.com.

¹ Professora Doutora no curso de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá. Cintia.tortato@ifpr.edu.br.

Introdução.

Pensar a construção histórica do movimento feminista é trazer à luz as tantas lutas de mulheres que desde há muito tempo vem travando verdadeiras batalhas dentro e fora de seus lares para serem ouvidas, respeitadas e consideradas como pessoas de direitos. No que diz respeito à construção da ciência, além da consideração de sua participação e protagonismo, muitas mulheres denunciaram a exclusão e ofereceram os elementos que o movimento feminista, a partir das suas primeiras articulações foi questionando cada vez mais o caráter sexista da ciência.

O feminismo começa denunciando a ciência objetivista, dicotômica e androcentrica que estava consolidada. As reflexões feministas questionam, de forma contundente, o modo dominante de fazer ciência, praticada no masculino e centrada no universo do homem. Margareth Rago (2003, p.25), ressalta que essa ciência “remete ao branco, heterossexual, civilizado do primeiro mundo”. Excluindo e colocando a margem todos aqueles que escapam este modelo de referência.

A construção da crítica feminista à ciência, surge no momento de profundas mudanças e reformulação nos sistemas de pensamento que operavam aquele contexto. A partir da Segunda Guerra Mundial, o mundo começa a se questionar que tipo de conhecimento e ciência esta sendo produzido. Ciência para quem e para que?

Conforme aponta Sardenberg (2002), depois desse primeiro momento que foi o apontar os erros e consequência de uma ciência excludente nasce à necessidade de propor um novo olhar para a ciência. Nesse sentido, como Margareth Rago (2000) diz que o aporte teórico produzido pelos feminismos dentro e fora da academia, foi de extrema importância para pensar as relações entre epistemologia feminista e a historia das mulheres.

Ainda, segundo a ótica da Francine Descarriés (2000, p.11) a construção das reflexões e problematizações feitas dentro dos movimentos feministas e das mulheres apontaram a crítica da forma de fazer ciência, que até então eram hegemônica, e direcionaram para uma produção de epistemologia própria, construída pelas e para as mulheres. “Proposto para pensar e dizer as mulheres; como interrogação sobre a condição e suas posições na historia”.

Dessa maneira, é possível construir de forma dialética a importância dos movimentos feministas para a conquista do espaço dentro da academia, que possibilitou recontar a história das mulheres, abrindo caminho para o debate acerca das demandas e conquistas dos feminismos. O conceito de feminismo aqui utilizado, como define Vera Soares (1995), parte do princípio de que o feminismo é uma ação política das mulheres, que interliga teoria, prática

e ética para tornar as mulheres, sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social e do mundo em que vivem.

Assim, a proposta deste trabalho está em compreender por meio de um resgate histórico do movimento feminista a adentrada dessa nova ciência no espaço acadêmico e a construção de um conhecimento científico a partir da perspectiva feminista. Considerando as epistemologias feministas como uma necessidade advinda dos próprios movimentos feministas.

2 Marco histórico do movimento feminista.

Conforme Cynthia Sarti (2004) aponta, o feminismo enquanto movimento social é essencialmente moderno, pois surge no contexto iluminista e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e Americana que se espalham, em um primeiro momento, em torno das demandas por direitos sociais e políticos. Mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista no fim do século XIX e início do século XX.

Na revolução Francesa, no século XVIII, já era possível identificar mulheres que de forma mais ou menos organizada lutaram por seus direitos à cidadania, buscando um reconhecimento que não fosse somente dentro de suas casas como mães e esposas. O primeiro grande movimento, que começou a se tornar mais visível na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi o chamado movimento sufragista, a luta e campanha pelos direitos políticos das mulheres de votarem e serem votadas. (CELI PINTO, 2003). O movimento sufragista se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, construindo assim a primeira vaga de feminismo organizado no mundo, ou que é chamado de primeira onda do feminismo.

No Brasil não foi diferente e a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos. Esta luta esteve associada diretamente ao nome de Bertha Lutz³ que durante a década de 1920, exerceu uma inegável liderança entre as mulheres. Porém, no Brasil, segundo Celi Pinto (2003), não houve uma organização imediata como na Europa. Nessa fase do movimento sufragista aqui no Brasil, o feminismo esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, estava

³ Liderança feminista importante na década de 1920. Formada em Biologia em Paris na Universidade de Sorbonne, quando retorna ao Brasil se torna a segunda mulher a exercer um cargo público através de concurso no Museu Nacional. Em 1934 se forma em Direito. Junto com outras mulheres em 1919 fundou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que mais tarde veio a chamar Federal Brasileira Pelo Progresso Feminino - FBPF.

ligado ao esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis estabelecidos pela sociedade e se colocava no mundo público, na defesa de novos direitos para as mulheres.

Em busca da cidadania, surgiram então, diversas manifestações do movimento feminista, no início do século XX. Duas tendências, que tiveram grande significado na época foram identificadas. A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Celi Pinto (2003, p.26) chama este momento de feminismo “bem comportado”, pois existia um caráter conservador, que não questionava a opressão da mulher.

A luta pela conquista das mulheres à cidadania, não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom funcionamento da sociedade, ou seja, “sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta parece ser a face bem-comportada do feminismo brasileiro do período” (CELI PINTO, 2003, p. 15).

A segunda tendência do feminismo no Brasil, Celi Pinto (2003, p.38) caracteriza de feminismo “mal comportado”. Essa vertente reuniu uma gama heterogênea de mulheres, na grande maioria mulheres intelectuais, professoras, jornalistas, escritoras, que, buscavam além da participação política, defendiam também o direito à educação e falavam em dominação masculina. Elas começavam a abordar temas, que para a época eram delicados e considerados tabus, como por exemplo, a sexualidade e o divórcio.

A terceira vertente que a autora Celi Pinto (2003), chama de o menos comportado dos feminismos, se manifesta especificamente no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como precursora Maria Lacerda de Moura.

Nesse contexto do início do século XX em que essas três grandes vertentes estavam sendo vivenciadas por múltiplas mulheres e movimentos distintos, foi fundado o Partido Republicano Feminino, em 1910, diante da conformação com a não aprovação do voto feminino pela Constituinte. Merece atenção esse fato, porque como aponta Eva Blay (2003), se trata de uma ruptura, pela razão de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação teria que ocorrer fora da ordem estabelecida.

Entre o fim da década de 1930 e meados da década de 1940 também existiram, outras manifestações de mulheres. Como o movimento libertário anarquista, que era constituído por mulheres operárias e intelectuais de esquerda. As manifestações mais radicalmente feministas parecem surgir aqui, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero (CONSTÂNCIA DUARTE 2003).

Essa primeira fase do feminismo brasileiro, segundo Celi Pinto (2003, p. 38), era a luta pela cidadania em seu nível mais básico, porém acaba se dividido entre o “feminismo comportado e mal comportado”. O primeiro não afronta os poderes, mas busca apoio neles. O segundo era de enfrentamentos, expressando em passeatas, no confronto com a justiça e nas atividades de mulheres livres pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Trazia para a discussão o mundo do trabalho, que era bem distante das preocupações das feministas de elite.

A segunda onda do feminismo, que desabrochou nas décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e na Europa, está entrelaçada com toda a efervescência política e cultural que estava ocorrendo. Na Europa, o mito que caiu por terra, era o sonho da revolução socialista liderada por uma vanguarda representada pelos partidos comunistas. Conforme Margareth Rago (1996) o movimento hippie, nos Estados Unidos, e o maio de 1968, em Paris, foram às expressões mais fortes de uma nova era, nascida após a Segunda Guerra Mundial.

Esse novo movimento que surgiu não trazia somente inovação, mas também tinha caráter revolucionário, pois colocavam em xeque os valores tradicionais e conservadores da organização social. Eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiadas. Foi nesse contexto que nasceu o novo feminismo no mundo ocidental, chamado de segunda onda (LIA ZANOTTA, 2016).

A luta então era em torno de que o “pessoal é político”, de acordo com Carole Pateman (1996, p.46), não somente como uma bandeira de luta mobilizadora, mas também como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Ao afirmar que o “pessoal é político”, o feminismo trazia para o espaço da discussão política, as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado (violência domésticas, relações familiares, aborto, cuidados com os filhos, divisão das tarefas domésticas) quebrando a dicotomia existente entre o público e o privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político.

Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e as suas instituições, a economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificando-se como o pessoal, alheio à política. Como aponta Carole Pateman:

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] as feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de esposa, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISS 2177-8248

próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas pessoais só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

Porém, o cenário no Brasil era outro. O golpe Militar de 1964 inaugurou os longos anos de um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura prisões arbitrárias, tortura e exílio. O segundo momento do feminismo no Brasil, teria nascido durante esse clima político do regime militar, no início dos anos 1970. Conforme aponta Cynthia Sarti:

[...] embora influenciado pelas experiências europeias e norte-americana, o início do feminismo brasileiro dos anos 1970 foi significativamente marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe milita de 1964. Uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias (SARTI, 2004, p.36).

E, neste sentido a década de setenta os formatos dos movimentos são múltiplos, através de diversos tipos de grupos, se articulavam às mulheres de movimentos populares, sindicais, partidárias de esquerda e grupos de SOS para mulheres que sofriam violência. O contexto político brasileiro, na década de setenta exige dos movimentos feministas, a luta pela democracia e pela anistia. Diferente do contexto dos movimentos que eclodiam na França e nos Estados Unidos (LIA ZANOTTA, 2016).

Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, como uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer. Margareth Rago (2003, p.02) ressalta que a grande maioria das feministas, nesta época, esteve envolvida ou foi simpatizante da luta contra a ditadura no País. Muitas delas foram presas, perseguidas e exiladas pelo regime. “A contrapartida à violenta ditadura militar foi à explosão de uma vigorosa cultura da resistência”.

O Ano Internacional da Mulher em 1975, decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco da mobilização de mulheres no mundo. Ainda existiam a forte censura e a repressão política, embora já houvesse passado o que é considerado o pior período depois do golpe militar. Nesse mesmo ano, muitos eventos de natureza e abrangência diferenciada marcaram a entrada definitiva das mulheres e de suas questões na esfera pública. (LIA ZANOTTA, 2016).

Com a volta de muitas mulheres exiladas, no começo dos anos 1980, a corrente feminista se fortalece no movimento de mulheres brasileiras. Essas exiladas trouxeram com elas, a influência dos movimentos feministas atuantes na Europa. Esse momento acabou por

fortalecer a sociedade brasileira em vários aspectos, uma vez que muitos grupos criaram organizações em vários espaços da sociedade brasileira, tanto dentro do espaço acadêmico como e Organizações Não Governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, como em relação à questão da violência doméstica e da saúde, utilizando os canais institucionais. (CELI PINTO, 2003).

2.1 A conquista do espaço acadêmico.

Os estudos acadêmicos sobre a mulher no Brasil, com a perspectiva de transformação da condição feminina, segundo Celi Pinto (2003), têm início nos 1960, com o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti⁴, intitulado “A mulher na sociedade de classes: Mito e realidades”. É nesse período da década de 1960, que as mulheres brasileiras começaram a transcender seu cotidiano doméstico, fazendo despontar um novo sujeito social: mulheres anuladas emergiram como inteiras e múltiplas.

Surge neste contexto, a necessidade de propor novas maneiras de pensar a cultura e o conhecimento. Nesse sentido, os estudos feministas têm como fundamento questionar os paradigmas das ciências e as definições tradicionais e objetivistas da sociedade. Para Guacira Louro (1997, p.154), “os desafios da pesquisa feminista são fundamentalmente desafios epistemológicos”, pois teria como norte discutir quem pode conhecer, que áreas, que domínios da vida podem ser objetos de conhecimento, que tipo de pergunta deve ser feita.

Dessa maneira, segundo a autora, a subversão da epistemologia feminista, foi responsável por uma transformação no modo de construção, nos domínios do conhecimento.

Isso ocorre fundamentalmente porque ele [o feminismo] redefine o político, ampliando os seus limites, transformando seu sentido, sugerindo mudanças na sua “natureza”. Se o “pessoal é político” [...] então se compreenderá de um modo novo as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais. “E a recíproca também pode ser aplicada, pois “o político também é pessoal” nossas experiências e práticas individuais não apenas são construídas no e pelo social, mas constituem o social”. Isso permitiu que “se observassem vínculos de poder antes desprezados” (LOURO, 1997, p. 148-149).

⁴ Graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em 1960. Suas primeiras pesquisas sobre a condição feminina datam desta década. Defende sua tese em 1967, na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araquara (UNESP). Sendo orientada pelo professor Florestan Fernandes. Esta tese foi publicada pela Editora Vozes, em 1976 com o título de “*A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*”. Sendo uma das contribuições mais importantes para os estudos acadêmicos acerca da mulher no Brasil.

O compromisso com a transformação social e a afirmação das mulheres como sujeitos políticos, históricos e sujeitos do conhecimento, marca os estudos feministas. Desta maneira, a construção de uma produção teórica útil a prática política feminista é fundamental.

Afinal durante séculos a história da mulher na sociedade foi apagada, Margaret Rago (1996) levanta algumas questões: é possível existir uma maneira feminina de escrever e fazer história? É necessário reavivar o passado dessas mulheres?

Ter um passado e uma história é uma necessidade dos vivos e, como diria Pierre Nora, traduz o profundo mal-estar do homem contemporâneo diante dos fenômenos de desenraizamento, de desterritorialização, de perda das referências tradicionais que organizavam sua vida. Nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo nossas raízes. Uma referência histórica, uma garantia psicológica e um porto seguro emocional, a partir da construção de uma linha de continuidade, que nos localizaram no tempo (RAGO, 1996, p. 14).

Dessa forma, a autora ressalta que não só é possível escrever uma história com o olhar feminista como é necessário fazer. O feminismo acaba por colocar o dedo nessa ferida, pressionando o passado para ser visto e revisto, exigindo novas explicações, buscando os arquivos para passar a história a limpo, pois as mulheres foram e ainda são esquecidas não só em suas reivindicações, em suas lutas, em seus direitos, mas em suas ações.

As mulheres durante muito tempo foram suprimidas da história, foram alocadas na figura da passividade, sendo caladas, e sendo desvalorizadas, ficando nas sombras da esfera do privado. O feminismo, então, aponta para a crítica da grande narrativa da história, mostrando o poder que sustenta as redes discursivas universalizantes. Nas palavras de Maragareth Rago (1996):

Insatisfeitas, e por influência mesma do feminismo, fomos mais longe ainda: perguntamos pelo que os homens cultos haviam falado sobre nós. Como nos construíram? O que disseram de nosso corpo, de nossa sexualidade e sobre nossas ancestrais? Como nos representam, ou melhor, como nos inventam na literatura, nas artes e nos discursos científicos? Os resultados foram diversificados, mas convergentes enquanto denúncia da dominação sexista, ideológica e cultural (RAGO, 1996, p. 16).

Portanto, há uma denúncia ao conservadorismo e a misoginia do pensamento científico do século XIX e meados do século XX ao construir uma determinada referência de feminilidade e um ideal de identidade feminina. É nesse processo que o feminismo causa um grande impacto na academia e na produção científica, ganhando espaço e abrindo campo para

estudos sobre as mulheres, o universo feminino, a cultura feminina, as relações entre os sexos/gêneros. E com isso, o próprio feminismo foi colocado como tema, como objeto histórico: suas origens, seus movimentos, suas líderes e mentoras, suas produções, seus temas e suas conquistas (CECILIA SARDENBERG, 2002).

É nesse processo de transformação, que se abre espaço para a revolução científica. Thomas Kuhn (1997, p.125) ressalta que “As revoluções científicas são aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativos nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”. Portanto essa crise trás mudanças de paradigmas, uma mudança na forma de ver o mundo e redefinindo as teorias na ciência, possibilitando a revolução científica e novas descobertas científicas.

Assim, o reconhecimento da questão feminina como pauta feminista só emerge na luta e na crítica feminista contemporânea. Boaventura dos Santos (1989, p.48), denomina esse período como “transição paradigmática”. É a passagem dos paradigmas da ciência objetivista, que separa a natureza e cultura, de discurso de construção científica neutra para um novo tipo de ciência que vai buscar superar esses conceitos.

Há então, a necessidade de formulações teóricas que pudessem explicar a condição de subordinação das mulheres em relação aos homens na sociedade. Segundo Lia Z. Machado (1997), a constituição desses estudos no campo intelectual foi primordial no interior dos movimentos feministas:

A necessidade da constituição de um novo olhar teórico aos poucos reivindicou espaços próprios, como a criação de revistas feministas de caráter prioritariamente teórico, e a constituição de grupos de estudos, pesquisas e elaboração teórica junto a instituições universitárias e de pesquisa (MACHADO,1997, p.94).

No início este novo olhar teórico, ou seja, os esforços da teoria feminista segundo a análise de Sandra Harding (1993) eram de “reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos de modo a tornar as atividades e relações das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais” (HARDING, 1993, p. 07). Pois, se a natureza e as atividades das mulheres são tão sociais quanto às dos homens, o discurso teórico deveria revelar com clareza e detalhar essas construções.

Como afirma Lia Machado (1997, p.107), a perspectiva feminista gera uma nova forma de pensar e fazer ciência, “trata-se da introdução de um olhar situado na produção do saber”. O que seria esse novo fazer ciência? A epistemologia, significa o discurso sobre a ciência.

Segundo Helen E. Longino (2008, p.505), a epistemologia é “um campo de pesquisa que investiga o significado das afirmações e atribuições do conhecimento, as condições e possibilidade do conhecimento, a natureza da verdade e da justificação”. Epistemologia se define pela reconstrução racional do conhecimento científico do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico.

A historiadora Margaret Rago (1998, p.23), ressalta que o feminismo não só constrói uma “epistemologia feminista como também apresenta um projeto feminista de ciência”. O feminismo não só aponta uma crítica ao modo dominante, sexista, excludente de produção da ciência, como também propõe um modo alternativo de produzir o conhecimento científico.

Ainda, segundo a crítica da autora, as mulheres teriam uma experiência histórica e cultural particular e diferente da masculina. Experiência essa que está classificada como das margens, da contrapartida. Que busca uma nova linguagem, e na produção de um contradiscurso da hegemonia da produção científica. Porém esse caminho não foi e nem é fácil, encontrando diversos obstáculos e rejeição dentro desse espaço hegemônico e dominante que é a academia científica.

Ao mesmo tempo, Margaret Rago (1996, p.12), enfatiza que não podemos atribuir todas as mudanças positivas e negativas ao feminismo, seria ingenuidade afirmar que todas as teorias feministas rompem absolutamente com a forma dominante de se produzir conhecimento científico, assim como ocorre rupturas, há também continuidade em relação à “tradição científica”.

Porém, também não se pode simplesmente ignorar um movimento social, político e intelectual que teve um profundo impacto na sociedade brasileira e no mundo, de modo geral. O feminismo ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente adquire uma importância incontestável (RAGO, 1998).

Desta forma, a retomada da problemática feminista como questão intelectual, aponta a ciência, como um fenômeno social resultante de processos históricos. Esse processo foi importante para a denúncia da presença marcante da “invisibilidade da mulher”, na história da ciência. Cecília Sardenberg (2014, p.37) ressalta que um dos principais objetivos do desenvolvimento do campo feminista acadêmico, é a denúncia da invisibilidade da mulher e a necessidade de preencher as lacunas na literatura e na história para reconstruir a identidade da feminina longe do discurso biologizante.

Nesse sentido, é primordial construir um marco teórico da pesquisa sobre os estudos de gênero enfatizando a relação entre os movimentos feministas e o Estado. Claudia Costa

(1998), em seu trabalho intitulado O tráfico de gênero, ressalta que o feminismo é construído em um amplo discurso diverso sobre as relações de poder.

Portanto, ao levantar questionamentos a partir de diferentes sujeitos, a epistemologia feminista questiona as relações de poder estabelecidas entorno das questões sociais e isso inclui o próprio “fazer ciência”. Segundo Diana Maffia (2007, p 113), a construção da epistemologia feminista mais consistente encontra-se na ligação entre “conhecimento” e “poder”. Isso ocorre, pois a um reconhecimento da legitimação do conhecimento interligado as redes de dominação e exclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito do artigo é trazer a luz sobre a importância do movimento feminista para a construção dessa nova ciência. Dialogar com as autoras feministas, como forma de reafirma que não é possível construir uma epistemologia feminista que não esteja alinhada com o movimento social feminista.

A crítica feminista tem avançado no sentido de sair da denuncia da exclusão e inviabilidade das mulheres no mundo científico, para construir os próprios questionamentos e pressupostos de uma nova ciência. Temos ampliado os debates e aprofundado cada vez mais a produção de uma ciência que não seja androcentrica.

O desafio é pensar o que torna um saber especificamente feminista? Para uma ciência feminista a denuncia e o combate de uma ciência androcentrica, não basta. Neste sentido, apresenta-se a necessidade de produzir saberes e conhecimentos que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas que tenham relevância para as mulheres. Esse seria o maior objetivo do projeto feminista na ciência, é mostrar os avanços registrados e também os desafios para se construir um projeto político e científico feminista.

Transformar os movimentos feministas em objeto de estudo acadêmico não só foi uma conquista como é necessário para afirmar a importância da mulher em todos os espaços sociais. Construir a relação dos movimentos sociais feministas com a conquista do espaço acadêmico, para construção de uma ciência que aponta o dedo para a velha forma de se fazer ciência, repleta de preconceitos e sexista, é a tarefa primordial para a epistemologia feminista.

A conquista desse espaço, no meio científico foi e é uma luta árdua, e ainda distante de acabar. Entrelaçar a pratica feminista ao conhecimento elaborado dentro do espaço

acadêmico, se torna um projeto político. É trazer à luz, aquilo que é oculto e subjetivo, ou recluso no privado. Tornando questões individuais para uma perspectiva coletiva.

Por tanto, quando se define feminismo como uma ação política que interliga teoria, prática e ética como meio para tornar as mulheres sujeitos históricos do mundo em que vivem, reafirma-se a ideia que a pesquisa feminista tem como norte a construção de uma epistemologia. Pois os estudos feministas têm como fundamento questionar os paradigmas das ciências, discutir quem pode conhecer que tipo de perguntas deve ser feitas. As ciências construídas pelas mulheres feministas buscam uma nova linguagem e a produção de um contradiscurso da hegemonia dominante da produção científica.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva A. Violência contra a Mulher e Políticas Públicas. *Estudos Avançados*, v.17, n.49, São Paulo, páginas 87-98, set./dez., 2003.

COSTA, Claudia de Lima. “O tráfico de gênero”. In: *Cadernos Pagu*, volume 11, 1998.

COSTA, Ana Alice. SARDENBERG, Cecília;. Da Crítica feminista à ciência: A uma Ciência feminista? Coleção Bahianas. Vol 8, p 89-120, out. 2002.

COSTA, Ana Alice SARDENBERG, Cecília. Teoria e Práxis feministas na academia os núcleos de estudos sobre a mulher nas Universidades Brasileiras. *Revistas feminismos*. Vol.2, N.2, Maio - Ago. 2014.

DESCARRIÈS, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. *Textos de História*. Dossiê Feminismos: teorias e perspectivas. Brasília, DF: UnB/PPGHIS, v. 8, n. 12, 2000.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*. (49), 2003.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v.1, n. 1, p.7-32, 1993.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997

LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Orgs.). *Compêndio de epistemologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Uma epistemologia feminista. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISS 2177-8248

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p.93-140, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cad. Pagu* n.47, 2016.

MAFFIA, Diana. Epistemología feminista: La subversión semiótica de las mujeres en la ciencia. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. Caracas, v. 12, n. 28, jun. 2007. Disponível em: <http://saber.ucv.ve/ojs/index.php/rev_vem/article/view/2181>. Acesso em: 20 maio 2018.

PATEMAN, Carole. *O Contrato sexual*. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. 2003. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys, estudos feministas*, número 03, janeiro/julho 2003.

RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernismo no Brasil*. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, p.21-42, 1998.

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARTI, A. Cynthia 2004. O feminismo Brasileiro desde os 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos feministas*, Florianópolis (12)2:264. Maio-agosto/2004

SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: Uma trajetória Particular. *Cadernos de Pesquisa*, n. 64, p. 38-47, fev. 1988.

SOARES, Vera. *Muitas faces do feminismo no Brasil*. 1995.